

# BEMPARANÁ 06 MAR 2020

## No PR, casos de feminicídio quase dobram em 1 ano

Número de ocorrências registradas em 2019 chegou a 113, contra 62 no ano anterior

## Casos de feminicídio quase dobram em um ano no Paraná

Em 2018 foram 62 ocorrências contra 113 no ano passado, segundo dados do Codem

Os casos de feminicídio, assassinatos de mulheres, quase dobraram em um ano no Paraná. Segundo dados da Coordenadoria das Delegacias da Mulher do Paraná (Codem) em 2018 foram registrados 62 ocorrências em todo o Estado. Já o ano passado fechou com 113 casos. Se comparados a 2017, a alta é ainda maior. naquele ano foram 40. No domingo é comemorado o Dia Internacional da Mulher.

O aumento dos casos de feminicídio são um fenômeno nacional, que se intensificar em 2019. Em São Paulo, por exemplo, o número de homicídios caiu, mas os casos de feminicídio subiram 34%, passando de 136 para 182 entre 2018 e 2019.

No Brasil, a mesma situação. Enquanto o número de homicídios dolosos de mulheres teve queda de mais de 14% em 2019, o de feminicídios subiu 7%. Foram 1.314 casos registrados em todos os estados mais o Distrito Federal.

### Em Curitiba

Nesta semana, a morte da escrivã da Polícia Civil do Paraná, Maritza Guimarães de Souza, de 41 anos, e sua filha Ana Carolina de Souza, de 16, ocorrido na noite de quarta-feira, chocou a Capital. O suspeito de ter atirado contra as duas foi o companheiro de Maritza, o delegado Erik Bussetti.

Um outro caso também de grande repercussão neste ano foi o do bailarina Maria Glória Poltronieri, encontrada morta em Mandaguari, no Norte do Estado, no dia 26 de janeiro. O suspeito de ser autor do assassinato foi encontrado na semana passada.

CONTINUA

06 MAR 2020

# BEMPARANÁ

CONTINUAÇÃO



Laço preto em frente à escola onde estudava Ana Carolina, filha de Maritza

## Delegado foi transferido para Pinhais

O delegado Erik Bussetti foi transferido para o Complexo Médico penal, em Pinhais, ontem, pouco depois de ter audiência na Divisão de Homicídios de Curitiba (DHPP), onde ficou calado. Segundo sua defesa, a sua condição é de profunda depressão. Segundo a polícia ele não resistiu a prisão e entregou à arma aos policiais assim que eles chegaram até a casa de vizinha, onde acabara de deixar sua filha de 9 anos. O crime aconteceu na noite de quarta-feira. Bussetti teria disparado de 4 a 9 tiros em Maritza e na enteada Ana Carolina.

Na tarde de ontem, o Sindicato das Classes Policiais Cíveis do Estado do Paraná (Sinclapol) emitiu uma nota de pesar e repúdio contra o duplo feminício. "Nossa irmã de armas e sua filha foram mortas com tamanha covardia e frieza que espanta qualquer ser humano. As verdadeiras vítimas foram ceifadas de suas vidas na madrugada de hoje (ontem) e morreram abraçadas em sinal de misericórdia, diante de um algoz cruel e calculista", diz a nota.

Maritza e sua filha seriam veladas em Curitiba a partir da noite de ontem e seus corpos sepultados hoje, em Pirai do Sul, nos Campos Gerais, cidade natal da escrivã.

06 MAR 2020

# BEMPARANÁ

## TSE acha mortos em lista de nova sigla

O Tribunal Superior Eleitoral (TSE) informou ter identificado a assinatura de sete eleitores mortos na lista de apoios apresentada pelo Aliança pelo Brasil, partido que o presidente Jair Bolsonaro tenta criar. Tesoureira da sigla, a advogada Karina Kufa disse que pediu uma verificação interna e que, em pelo menos um desses casos, foi constatado que o apoiador assinou a lista em 26 de janeiro e morreu em 22 de fevereiro.

Para ter o registro aprovado e poder disputar eleições, o Aliança precisa coletar a assinatura de 491,9 mil eleitores - que devem ter firmas re-

conhecidas em cartório. O partido já apresentou mais de 80 mil fichas assinadas ao TSE, mas, segundo o balanço mais recente, apenas 6.605 foram aprovadas - menos de 2% do necessário. Outras 13,7 mil foram rejeitadas pelos técnicos da Corte, incluindo a dos sete apontados como mortos. O restante está em análise.

“Nós adotamos o sistema de reconhecimento de firma justamente para impossibilitar o uso de fichas por eleitor falecido, como foi denunciado massivamente no momento da criação do PSD”, disse Karina, em referência ao partido criado pelo ex-mi-

nistro Gilberto Kassab, em 2011. Na ocasião, a sigla foi acusada de incluir eleitores mortos para conseguir o número de assinaturas necessárias.

Um outro integrante do Aliança, que pediu para não ser identificado, citou a possibilidade de os nomes terem sido incluídos propositalmente na lista entregue ao TSE como forma de boicote ao novo partido.

O Aliança pelo Brasil foi criado em novembro após Bolsonaro romper com o PSL, pelo qual foi eleito em 2018. A intenção era obter o registro até este mês, a tempo de disputar as eleições municipais de outubro.

### STF ouve Moro sobre juiz de garantias

O vice-presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Luiz Fux, divulgou a relação de participantes e a metodologia dos trabalhos da audiência pública convocada para os dias 16 e 30 de março a fim de debater a implementação da figura do juiz das garantias e outros pontos do Pacote Anticrime.

Entre os expositores estão o ministro da Justiça, Sérgio Moro, o corregedor nacional de Justiça, ministro Humberto Martins, representantes de associações de magistrados, da Defensoria Pública e da sociedade civil e procuradores públicos. A medida está prevista na lei anticrime, sancionada pelo presidente Jair Bolsonaro, em dezembro - a decisão frustrou o ministro Sérgio Moro, que

é contra a criação do instituto. O presidente do Supremo Tribunal Federal, Dias Toffoli, chegou a suspender a implementação do juiz de garantias por seis meses. Em seguida, o vice, Luiz Fux, suspendeu por tempo indeterminado.

As ações da Associação dos Magistrados do Brasil e dos Juizes Federais questionam a constitucionalidade do juiz de garantias, tema que ainda será julgado pela Corte.

06 MAR 2020

## FOLHA DE S. PAULO

MARIA CRISTINA IRIGOYEN PEDUZZI

Ministra presidente do Tribunal Superior do Trabalho (TST)

### Condição feminina no universo do trabalho

Licença deve ser compartilhada entre a mãe e o pai

Fatos remotos e recentes são evocados para justificar o Dia Internacional da Mulher, no próximo domingo (8). Oficializado pela ONU na década de 1970, é representativo da luta por igualdade e justiça — não só no universo do trabalho, mas em todas as áreas da vida humana.

As conquistas pela igualdade foram edificadas a partir do constitucionalismo desencadeado pelas revoluções americana e francesa e as respectivas Declarações de 1776 e 1789, até alcançar a de gênero, como já protestava Olympe de Gouges em sua Declaração dos Direitos da Mulher e da Cidadã, de 1791.

A tradição histórica e cultural da desigualdade de gênero é bem retratada na literatura desde William Shakespeare na tragédia em que Otelo matou Desdêmona por suspeita de infidelidade.

No século 19 começaram as primeiras conquistas feministas. O movimento pode ser visto como uma reação ao simbolismo do romance realista, em "Madame Bovary", "O Primo Basílio" e "Anna Karenina". Mulheres insatisfeitas com a exclusiva condição de esposas e donas de casa foram associadas à prática do adultério e advertidas pela pena máxima.

Ainda na tradição do século 19, autores de renome, como George Eliot e George Sand, eram mulheres que se utilizaram de nomes masculinos para ganhar espaço e visibilidade no mundo literário.

Já no século 20, Jorge Amado foca essa desigualdade em romances como "Tocaia Grande" e "Terras do Sem Fim", assim como no recente filme intitulado "A Esposa", baseada em livro homônimo.

Como foi e está sendo continuamente superado esse processo histórico de desigualdade?

O Estado de Direito congrega duas noções de igualdade. Na acepção formal do Estado liberal burguês, é suficiente a regulamentação dos direitos pela lei, igual para todos. Na acepção material, o Estado deve promover efetiva igualdade por meio de políticas e leis que considerem as necessidades particulares dos grupos desfavorecidos.

No Brasil, a conquista dos direitos políticos pelas mulheres, em 1932, foi precursora. Os direitos sociais tiveram relevante expressão a partir da CLT (Consolidação das Leis do Trabalho), em 1943. No plano dos direitos civis, a igualdade remonta ao ano de 1977 e se consolida com a Cons-

tituição da República em 1988. Normas constitucionais, internacionais e legais contemplaram a igualdade de gênero, como espécie do princípio da isonomia.

Hoje, a condição feminina no universo do trabalho tem ampla proteção legal, inclusive por meio de normas direcionadas à maternidade e impeditivas de discriminação.

Apesar disso, pesquisa realizada na Universidade Harvard, observando um grupo de homens e mulheres com semelhante ou idêntica formação e expectativa profissional, constatou que ainda hoje existe uma menor proporção de mulheres em posições de liderança corporativa.

Como igualar os números e assegurar igualdade nas admissões e promoções?

É preciso considerar os fatores de disparidade. Por exemplo, a licença-maternidade varia entre 4 e 6 meses, ao passo em que a licença-paternidade varia entre 5 e 20 dias.

Países como Alemanha e Suécia estabelecem licença parental, com um período mínimo para a mulher e o restante compartilhado entre a mãe e o pai. Redesenha-se a divisão sexual do trabalho e desonera-se a mãe da exclusividade no cuidado da criança. Efetivam-se condições de igualdade no mercado de trabalho. É política inteligente, que afasta a circunstância do gênero na contratação, não compromete a Previdência e distribui encargos entre os empregadores da mãe e do pai.

Certo é que a concretização da igualdade de gênero alcança diversas esferas da vida humana, como o trabalho, a família, o convívio social, e exige permanente vigilância. O "8 de março" é dia de celebrar conquistas e persistir na busca por avanços.

06 MAR 2020

FOLHA DE S. PAULO

# Ações acumuladas dobram na Lava Jato com chegada de Bonat

Titular da operação em Curitiba, juiz federal deu uma única sentença até agora

Felipe Bächtold e José Marques

SÃO PAULO Um ano após Luiz Antonio Bonat substituir Sergio Moro como responsável pela Lava Jato de Curitiba, o número de processos à espera de sentença na 13ª Vara Federal da capital paranaense duplicou. Nesse período, o magistrado deu apenas uma sentença da operação.

Bonat assumiu como titular da vara no dia 6 de março de 2019 e herdou 25 ações penais da Lava Jato, segundo dados da própria Justiça Federal. Em março de 2020, perto do primeiro aniversário de Bonat no antigo gabinete de Moro, já são 51 ações penais da operação aguardando suas decisões.

Esse número leva em conta processos cujas denúncias do Ministério Público Federal já foram acolhidas. Não foram contabilizados inquéritos e ações sob sigilo, suspensas ou divididas em mais de uma.

Bonat é visto por advogados como um magistrado com perfil diferente do antecessor em relação ao ritmo dos processos. Embora também tenha histórico de decisões rígidas em crimes de colarinho branco, costuma ser mais aberto a pedidos das defesas.

Em 19 de fevereiro, veio a primeira e única sentença da Lava Jato sob Bonat até ago-

ra. Ele condenou o ex-tesoureiro do PT João Vaccari Neto a sete anos e meio de prisão, por corrupção, e o ex-diretor da Petrobras Renato Duque a seis anos e meio, por corrupção e lavagem de dinheiro em processo envolvendo o estaleiro Jurong, de Singapura.

Ambos já haviam sido condenados em outros processos por Moro. Essa ação tramitava na Vara desde 2017.

Ao assumir, o juiz ficou responsável pelo maior processo da operação em Curitiba, a ação oriunda da 56ª fase, deflagrada em 2018, que apurou a construção de edifício que seria a sede Petrobras na Bahia, batizado de Torre Pituba.

Com 42 réus, incluindo delatores da OAS e Odebrecht, além de nomes ligados ao PT, o processo consumiu boa parte do tempo de Bonat, com audiências que tomaram dias inteiros. Os réus já foram ouvidos, mas deve haver novos interrogatórios de acusados, e não há previsão para desfecho.

O ritmo acelerado de promulgação de sentenças foi uma das marcas da Lava Jato em seus primeiros anos, o que, ao mesmo tempo em que aumentava a popularidade de autoridades envolvidas na operação, despertava uma série de críticas das defesas, que falavam em açodamento.

De março de 2014, quando

foi deflagrada a primeira fase da Lava Jato, até novembro de 2018, quando deixou a magistratura, Moro expediu 46 sentenças na operação, algumas em um prazo de cinco meses entre a abertura e o ato final.

Contribuía para isso a dedicação quase exclusiva do hoje ministro da Justiça de Jair Bolsonaro aos casos da operação.

Hoje, as atribuições que antigamente eram de Moro estão divididas entre dois juízes. Bonat cuida de ações penais abertas, e a juíza substituta da vara, Gabriela Hardt, é a responsável por despachar em inquéritos e procedimentos paralelos relacionados às investigações, como medidas cautelares contra suspeitos.

A divisão de tarefas foi definida pelo Tribunal Regional Federal da 4ª Região, que administra a Justiça Federal e é válida pelo menos até maio.

O acúmulo de casos também tem a ver com a produtividade do Ministério Público, que em 2019 apresentou 29 denúncias, recorde desde 2014. A maioria dessas novas acusações, porém, é rescaldo de delações fechadas anos antes.

Entre as ações pendentes de sentença está a que trata da compra de terreno para o Instituto Lula em São Paulo pela Odebrecht. O processo foi aberto em 2016 e chegou a ficar pronto para uma decisão em 2018, ainda com Moro.

**CONTINUA**

06 MAR 2020

# FOLHA DE S. PAULO

## CONTINUAÇÃO

No ano passado, porém, houve uma reviravolta com o julgamento do Supremo Tribunal Federal que determinou que réus delatados devem se manifestar depois de réus delatores no processo. Essa medida fez com que uma das etapas do caso do terreno fosse refeita. A defesa do ex-presidente Lula entregou no último dia 26 suas alegações finais.

Na lista de réus, também estão líderes políticos sem mandato, como os ex-senadores emedebistas Romero Jucá (RR) e Edison Lobão (MA) e o ex-presidente da Câmara Marco Maia (PT-RS), além de empresários, como Wálter Faria, da cervejaria Petrópolis.

Processos derivados de uma das principais fases da operação em 2019, que mirava Paulo Vieira de Souza, o Paulo Preto, suspeito de ser operador do PSDB, foram para São Paulo.

Juiz desde 1993, Bonat assumiu o posto que era de Moro após se inscrever em um concurso interno da Justiça Federal. Foi nomeado por ser o inscrito com mais tempo de carreira. Antes, atuava em processos previdenciários e foi magistrado com atuação na área criminal em Santa Catarina.

Procurado por meio da assessoria da Justiça Federal do Paraná, o juiz Luiz Antonio Bonat não se manifestou.

06 MAR 2020

FOLHA DE S. PAULO

# Lewandowski arquiva pedido de impeachment de Weintraub

Reynaldo Turillo Jr.

BRASÍLIA O ministro do STF (Supremo Tribunal Federal) Ricardo Lewandowski determinou nesta quinta (5) o arquivamento de um pedido de impeachment contra o ministro da Educação do governo Bolsonaro, Abraham Weintraub.

O pedido foi formulado por deputados e senadores que imputaram a Weintraub a prática de crimes de responsabilidade.

A PGR (Procuradoria-Geral da República) manifestou-se pelo arquivamento sob o argumento de que não cabe a parlamentares denunciar ministros de Estado perante o Supremo.

Segundo Lewandowski, a jurisprudência do tribunal entende que um pedido de impeachment como esse não poderia partir dos congressistas, mas somente da PGR. Cabe recurso da decisão.

Os deputados e senadores sustentaram, entre outros pontos, que Weintraub deve deixar o ministério por ter cometido atos incompatíveis com a dignidade e o decoro do cargo, "em razão da postura ofensiva e permeada de expressões de baixo calão em redes sociais e audiências realizadas na Câmara".

Também afirmaram que o ministro cometeu crime de responsabilidade por ter violado o princípio da eficiência na gestão pública. Os parlamentares citam como exemplo o fato de Weintraub ter sido o único a não dar destino para uma verba repassada de um fundo que a Lava Jato pretendia criar com dinheiro de multas da Petrobras, como mostrou a Folha em janeiro.

"Nas últimas semanas, ganharam repercussão os desdobramentos do Exame Nacional do Ensino Médio [Enem]. No dia 18 de janeiro de 2020, o ministro de Educação reconheceu a existência de um erro na correção dos gabaritos da prova, após diversas denúncias vindas dos estudantes", disseram os parlamentares.

"Deu-se uma gravíssima violação ao princípio da impessoalidade quando [Weintraub] aceitou pedido feito pelo Twitter de correção da prova da filha de um apoiador do governo", acrescentaram.

Já em outra petição, apresentada pela deputada Erica Kokay (PT-DF), por um sindicato e por alunos da UnB (Universidade de Brasília) para que Weintraub se explique sobre uma declaração dele de que alunos plantam maconha e sintetizam drogas nas universidades federais, Lewandowski deu prazo de 15 dias para o ministro, querendo, se manifestar.

Nesse caso, segundo os autores da petição, Weintraub pode ter cometido crimes contra a honra dos docentes, servidores e alunos dessas universidades.

# FOLHA DE S. PAULO

## PAINEL

### Mortos e feridos

# 06 MAR 2020

A Polícia Militar de São Paulo mais matou do que feriu, em 2019, nas ações em que reagiu a uma suposta agressão, o chamado excludente de ilicitude. Incluindo também ações de policiais em folga, foram 845 mortes, quase o dobro das 484 pessoas que sofreram lesões corporais decorrentes de intervenção policial. Os números do centro de inteligência da PM mostram que a distância entre mortos e feridos se ampliou em relação a 2018, quando foram 816 e 605, respectivamente.

**ESTATÍSTICA** O número de pessoas mortas por PMs no ano passado subiu 3,6% em São Paulo e manteve a tendência de alta em 2020 —84 em janeiro, 25% a mais do que no mesmo mês de 2019.

**OUTRO LADO** A Secretaria de Segurança Pública afirma que “o confronto não é uma opção dos agentes de segurança, que atuam para prender e levar à Justiça àqueles que estão em desacordo com a lei”. Diz ainda que as mortes correspondem a 0,3% do total de prisões e que as polícias trabalham para reduzir esse índice.

**OUTRO LADO 2** Por fim, afirma que é inadequada a comparação de mortos e feridos e que investiga todas as ações.

**TIC-TAC** A Advocacia-Geral da União aguarda informações dos ministérios da Justiça e da Economia para avaliar se cabe contestar o pagamento de R\$ 1,14 bilhão aos estados do Fundo Nacional de Segurança Pública.

**TIC-TAC 2** A AGU recebeu notificação nesta quinta (5). O STF deu prazo de 48h para o governo se manifestar. A ação foi apresentada por 25 estados e Distrito Federal.

## MÔNICA BERGAMO ENDEREÇO CERTO

A Justiça de SP determinou a quebra do sigilo de computadores usados para disseminar mensagens de ataque ao STF (Supremo Tribunal Federal) e a parlamentares do PSL que romperam com Jair Bolsonaro.

**NA SALA** A ação investiga a existência de um suposto “gabinete do ódio” que funcionaria nas salas do deputado estadual Douglas Garcia (PSL-SP), ligado a Eduardo Bolsonaro, um dos filhos do presidente.

**BRAÇO** Ele seria um braço do “gabinete do ódio” que funcionaria no Palácio do Planalto.

**OFICIAL** A quebra revelou que a maioria dos IPs são de um provedor público de SP, a Prodesp.

**DETODOS** A informação reforça a suspeita dos deputados do PSL que moveram a ação —como Joice Hasselmann e Junior Bozzella— de que os ataques partiram da Assembleia Legislativa de SP. O esquema seria, portanto, financiado com dinheiro público.

**EXPEDIENTE** Detalhe: parte dos IPs de onde partiram as mensagens foram acionados em horário de trabalho.

**EXPEDIENTE 2** A defesa dos parlamentares pede agora a identificação dos responsáveis pelos endereços de cada IP para checar se são funcionários pagos com dinheiro público.

**CÉU ABERTO** Os advogados do deputado Douglas Garcia e de seu chefe de gabinete, Edson Salomão, já se manifestaram na ação. Eles alegam que ela busca a censura prévia e a implantação de uma lei da mordaza. Defendem que parlamentares estão sujeitos a críticas.

**BATEENTE** Eles não foram encontrados pela coluna para comentar a quebra do sigilo dos computadores nem se as mensagens foram disparadas do gabinete em horário de trabalho.

## TIROTEIO

“ Não se tem excludente de ilicitude quando há uma ocorrência improvisada, precipitada e também desastrosa

Do ex-ouvidor das Polícias Benedito Mariano, sobre o relatório da PM que cita legítima defesa de policiais em ação com nove mortos em Paraisópolis



06 MAR 2020

## FOLHA DE S. PAULO

### **Secretário nacional de Justiça da gestão Temer é preso**

RIO DE JANEIRO Em uma nova etapa da Operação Lava Jato, a Polícia Federal prendeu na manhã desta quinta (5) o secretário nacional de Justiça do governo Michel Temer, Astério Pereira dos Santos, no Rio de Janeiro.

Astério é suspeito de lavagem de dinheiro e de ter facilitado a fuga do empresário Arthur Cesar Soares Filho, conhecido como Rei Arthur. Soares está foragido desde 2017 e é acusado de atuar na compra de votos para a escolha do Rio como sede dos Jogos de 2016.

O advogado responsável pela defesa de Astério, Fernando Fernandes, afirmou que seu cliente "tem segurança que com os esclarecimentos prestados o processo provará que a denúncia parte de informações inverídicas". Catia Seabra

06 MAR 2020

## FOLHA DE S. PAULO

# Reação corporativa

**Servidores enfrentam com truculência a necessária reforma previdenciária paulista, recém-aprovada**

O governo João Doria (PSDB) viu aprovada, na terça (3), a reforma previdenciária para o funcionalismo do estado de São Paulo pela Assembleia Legislativa. O texto avança sobre alterações mais pontuais que vigiam desde 2011.

Foi um processo turbulento de meses, com inúmeras alterações pouco republicanas entre deputados estaduais, protestos violentos de categorias afetadas e um impasse judicial por fim solucionado pelo Supremo Tribunal Federal.

Medidas do gênero são sempre impopulares, como o placar da votação em segundo turno da proposta de emenda à Constituição estadual mostrou: 59 a 32, apenas dois votos acima do mínimo necessário para a aprovação do texto.

Elas também são, quase invariavelmente, necessárias. Pelas contas do governo, em três anos o gasto com inativos superaria o destinado a funcionários que trabalham. Hoje, os contingentes quase empatam, com 592,5 mil na ativa e 478 mil aposentados e pensionistas.

No ano passado, gastos previdenciários consumiram R\$ 34,7 bilhões, ou 14,5% do Orçamento do estado. É um volume superior aos dispêndios com educação (R\$ 30 bilhões), saúde (R\$ 22 bilhões) ou segurança pública (R\$ 19,8 bilhões), para ficar em três áreas fulcrais.

O rombo na manutenção dessa despesa, pela insuficiência atual

das contribuições, chega a R\$ 27,7 bilhões. Assim, a reforma atacou pontos usuais para tentar mitigar o problema, fazendo crescer alíquotas pagas pelos servidores de 11% para uma média de 14%, em regime progressivo aprovado em lei complementar.

Também foram aumentadas as idades mínimas e alteradas exigências de tempo de serviço, atingindo categorias com regras diferenciadas, como policiais e professores.

Não por acaso, servidores da educação se mostraram os mais vocais adversários da reforma. No dia da votação, integrantes da área protagonizaram uma confusão que deixou, segundo a oposição, 20 feridos no embate com a Polícia Militar.

Também foram professores que fizeram uma paralisação ao longo do dia e esperam mobilizar uma greve do serviço público estadual no dia 18.

Se lograrem tal feito, algo que a reforma federal aprovada em 2019 não provocou, os mestres terão a difícil missão de explicar a seus alunos por que desejam a manutenção de privilégios enquanto o resto da população está submetida à nova realidade.

Se é óbvio que professores não preferem ficar em casa e tomar suco de laranja, como Doria disse numa frase deveras infeliz, é certo que a lição do compartilhamento de fardos na adversidade precisa ser compreendida e compartilhada.

06 MAR 2020

FOLHA DE LONDRINA

# Delegado é suspeito de matar a esposa e a enteada em Curitiba

**MP-PR apresentou 929 denúncias à Justiça por feminicídio desde 2015; apenas neste ano, 44 inquéritos já foram instaurados**

Mariana Franco Ramos

Reportagem Local

Curitiba - O delegado Erick Busetti foi preso em flagrante suspeito de matar a esposa e a enteada, em Curitiba. O crime aconteceu no final da noite de quarta-feira (4), na residência da família, no bairro Atuba. Maritza Guimarães de Souza tinha 41 anos e era escritã. A adolescente, de 16, se chamava Ana Carolina de Souza.

Conforme a PC (Polícia Civil), a filha mais nova do casal, de nove anos, estava dormindo e acordou com os disparos. Ela foi levada pelo próprio pai até a casa de uma vizinha logo após o crime. A PM (Polícia Militar) foi então acionada e se dirigiu ao local.

"O autor estava esperando, já estava com a arma no chão e prontamente se entregou", conta a delegada responsável pelo caso, Camila Ceconello. De acordo com ela, Busetti se manteve calado durante todo o interrogatório. O suspeito segue detido e deve responder por duplo feminicídio [modalidade de assassinato cometida em razão de gênero].

"As informações iniciais que foram passadas são de que estava ocorrendo uma

separação conjugal, que os dois estavam em processo de divórcio, com muitas brigas, muitas desavenças. No primeiro momento, quando a PM foi acionada, ele conversou, falou que teria praticado o crime, mas por orientação do seu advogado aqui na delegacia se manteve em silêncio", prossegue a delegada.

Ainda segundo Ceconello, o laudo pericial vai mostrar se houve ou não chance de defesa. Os dois corpos estavam um em cima do outro, próximos ao sofá. "Acreditamos que ela [Maritza] não estava armada naquele momento, porque a arma dela foi encontrada em local distinto", relata.

O delegado e a escritã estavam juntos há dez anos e faziam parte dos quadros da PCPR desde 2004 ou 2005. "Num primeiro momento, na cena do crime, ele estava em choque, depois chorando e bastante abalado", comenta a delegada. A expectativa é de que o inquérito seja concluído em dez dias. "O que faremos é colher algumas testemunhas e outras provas, mas a gente acredita que o crime ficou bem esclarecido."

Além do processo criminal, Erick Busetti responderá a uma investigação interna na corporação. "Nossa função na atividade correcional agora é apurar a conduta dele na esfera disciplinar. É lógico que com essa conduta na esfera criminal houve transgressões disciplinares praticadas. Então, a corregedoria vai atuar de forma serena, tranquila, mas com o máximo rigor", afirma o corregedor da PCPR, Marcelo Lemos.

"No histórico disciplinar dele não consta nenhuma punição. Ele respondeu a um processo administrativo disciplinar datado de 2009, que foi arquivado em 2014, sem nenhuma punição. O mesmo aconteceu com a sua esposa, a escritã Maritza, uma profissional de ficha limpa", diz Lemos.

O Sinclapol (Sindicato das Classes Policiais Civis do Paraná) disse, por meio de nota, que mãe e filha foram mortas "com tamanha covardia e frieza que espanta qualquer ser humano". A entidade chama o autor dos disparos de "um algoz cruel e calculista" e lembra que, pela profissão que exerce, ele "deveria assegurar e proteger a sociedade, pois fora treinado para tanto".

**CONTINUA**

**06 MAR 2020**

# **FOLHA DE LONDRINA**

## **CONTINUAÇÃO**

### **INQUÉRITOS**

Cometidos às vésperas do 8 de março, que é o Dia Internacional das Mulheres, os assassinatos de Maritza e Ana Carolina não são casos isolados. Dados do MP (Ministério Público) do Paraná mostram que 929 inquéritos foram instaurados de 2015 a 2020 para apurar suspeitas de feminicídio.

O número vem crescendo ano a ano. Passou de 129 em 2015 para 174, depois 182, 191 e 209, respectivamente. Apenas de 1º de janeiro a 29 de fevereiro de 2020, o órgão já apresentou 44 denúncias do tipo à Justiça do Estado.

A pena para esse crime é de 12 a 30 anos de prisão.

06 MAR 2020

# FOLHA DE LONDRINA

## Juiz de TJ do Rio restringe acesso a interrogatório de Cabral

Italo Nogueira

Folhapress

**Rio de Janeiro** - Após 26 interrogatórios públicos, o ex-governador Sérgio Cabral depôs pela primeira vez numa audiência judicial a portas fechadas. Ele falou no Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro numa ação penal em que é acusado de abuso no uso de helicópteros do estado.

Cabral fechou acordo de delação premiada com a Polícia Federal, na qual mencionou magistrados em seus anexos. Ele também já citou desembargadores do Rio de Janeiro em seus depoimentos.

O juiz André Felipe Veras de Oliveira, da 32ª Vara Criminal, limitou o acesso à sala de audiência aos advogados e a uma assessora de imprensa do tribunal e não disponibilizou vídeo do interrogatório. O procedimento é distinto do adotado em todas as demais ações penais contra Cabral na Justiça Federal.

A promotora Márcia Colonese, que participou da audiência, disse que o ex-governador mencionou autoridades que voaram com ele para Mangaratiba. Ela não quis dizer quais foram citadas.

De acordo com a assessoria de imprensa do TJ-RJ, a audiência foi fechada a pedido da defesa de Cabral. O advogado Márcio Delambert, que defende o ex-governador, não comentou. O depoimento durou pouco mais de duas horas.

06 MAR 2020

FOLHA DE LONDRINA

# PF prende secretário nacional de Justiça da gestão Temer

**Astério dos Santos é suspeito de lavagem de dinheiro  
e de ter facilitado a fuga do empresário**

**Arthur Cesar Soares Filho, conhecido como Rei Arthur**

**Catia Seabra**

Folhapress

**Rio de Janeiro** - A Polícia Federal prendeu na manhã dessa quinta-feira (5) o secretário nacional de Justiça do governo Michel Temer, Astério Pereira dos Santos no Rio.

Essa é uma nova etapa da Operação Lava Jato, e outras sete pessoas haviam sido presas até o início da noite.

Foram nove mandados de prisão, seis em caráter preventivo e três prisões temporárias. A PF ainda não informou o nome de todos os presos.

Astério é suspeito de lavagem de dinheiro e de ter facilitado a fuga do empresário Arthur Cesar Soares Filho, conhecido como Rei Arthur.

Soares está foragido desde 2017 e é acusado de atuar na compra de votos para a escolha do Rio como sede dos jogos Olímpicos de 2016.

Procurador aposentado do Ministério Público do Rio, Astério foi secretário de Administração Penitenciária do governo de Rosinha Garotinho. A PF também cumpriu mandado de prisão do filho de Astério.

Segundo a PF, são alvos da investigação pessoas físicas e jurídicas suspeitas de participação em uma suposta rede de pagamentos de propina relacionada às atividades da SEAP (Secretaria Estadual de Administração Penitenciária) do Rio de Janeiro.

“Tal rede seria organizada por empresários e agentes públicos com apoio de 2 escritórios de advocacia. Entre os agentes públicos envolvidos há um ex-procurador de Justiça, e o esquema beneficiaria integrantes do Tribunal de Contas do Rio de Janeiro”, diz nota da PF.

Ainda segundo a PF, “o dinheiro recebido por meio desse esquema de corrupção estaria sendo dissimulado por meio do uso de pessoas jurídicas, laranjas e familiares dos envolvidos”.

Entre os alvos da operação, está um delegado da Polícia Civil, que ainda não havia sido preso.

Secretário Nacional de Justiça entre março e novembro de 2017, Astério é suspeito de facilitar a fuga de Arthur Soares ao alertá-lo sobre existência

de um pedido de prisão contra ele apresentado pelo Ministério Público Federal.

Na operação de ontem, batizada de Titereiro, foram apreendidos R\$ 218 mil em dinheiro vivo, sendo R\$ 118 mil em uma sala ocupada por Astério dentro de um escritório de advocacia e R\$ 100 mil no cofre de um posto de gasolina pertencente a dois investigados.

## DEFESA

Em nota, o advogado de Astério, Fernando Fernandes, diz que seu cliente “manteve vida exemplar, tendo prestado enorme serviço à sociedade como oficial, procurador de Justiça e secretário de Justiça”. “Ele acredita na Justiça e tem segurança que com os esclarecimentos prestados o processo provará que a denúncia parte de informações inverídicas. Importante ressaltar que a denúncia do Ministério Público não precedeu de nenhuma investigação anterior da Polícia Federal e foi ato exclusivo do MP sem bases probatórias”, afirma.

06 MAR 2020

## INDÚSTRIA E COMÉRCIO

### **MPF defende PEC que define trânsito em julgado da ação após decisão de segunda instância**

Em audiência pública na Câmara dos Deputados nesta quarta-feira (4), a coordenadora da Câmara Criminal do Ministério Público Federal (2CCR/MPF), a subprocuradora-geral da República Luiza Frischeisen, defendeu o início da execução da sentença ou acórdão após decisão colegiada de segunda instância do Poder Judiciário. O debate foi promovido pela Comissão Especial destinada a analisar a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 199/2019, que altera os artigos 102 e 105 da Constituição Federal, transformando os recursos extraordinário e especial em ações revisionais de competência originária do Supremo Tribunal Federal (STF) e do Superior Tribunal de Justiça (STJ).

Apresentada em dezembro, a PEC 199 considera que o trânsito em julgado do processo acontece após a decisão final da segunda instância, com início imediato da execução da sentença. De acordo com o texto, para uma eventual revisão do julgamento pelos tribunais superiores, seria necessário o ajuizamento de novas ações, iniciadas diretamente no STF ou STJ.

Na avaliação de Frischeisen, a proposta é uma “solução para melhorar a eficiência do sistema de Justiça como um todo”. Segundo a subprocuradora-geral, a quantidade de recursos disponíveis atualmente na Justiça brasileira ajuda a protelar a execução da sentença. “O STJ recebe inúmeros recursos para evitar o trânsito em julgado das ações.

06 MAR 2020

## INDÚSTRIA E COMÉRCIO

### TRF4 nega unificação de ações contra réus

O Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF4) negou habeas corpus que requeria a unificação de duas ações penais referentes à Operação Integração II, originada pela 55ª fase da Operação Lava Jato, que investiga a corrupção e lavagem de dinheiro em contratos de concessão de rodovias federais no Paraná. O recurso foi impetrado pela defesa de Gustavo Mussnich, ex-presidente da Econorte, Luiz Fernando Wolff de Carvalho, ex-presidente do

Conselho de Administração da Triunfo Participações e Investimento, e Antônio José Monteiro da Fonseca de Queiroz, ex-servidor da Agência Reguladora do Paraná (Agepar), que respondem em liberdade aos processos. Em julgamento no dia 18 de fevereiro, a 7ª Turma da corte julgou, por unanimidade, que não há ilegalidade no desmembramento de denúncias com eventual conexão.

A partir da deflagração da operação, em setembro de

2018, o juízo da 23ª Vara Federal de Curitiba aceitou as duas denúncias oferecidas pelo Ministério Público Federal (MPF) contra os réus e mais 20 investigados. Nas duas ações, Mussnich e Wolff de Carvalho, que representavam concessionárias responsáveis pelas rodovias, são julgados por corrupção ativa, lavagem de dinheiro e organização criminosa, enquanto o ex-servidor da Agepar responde por corrupção ativa e lavagem de dinheiro.

MARCUS GOMES

#### DIREITO EM PAUTA

#### O EAD da discórdia

A notícia de que as faculdades particulares de Direito da capital estão se preparando para implantar o ensino do Direito à distância, no segundo semestre deste ano, provocou polvorosa entre acadêmicos. Nos bastidores, o vice-reitor da Uninter, Jorge Bernardi, tem insistido que um caminho alternativo seria utilizar a modalidade do EAD, da qual a universidade é especialista, para veicular um preparatório para o Exame da OAB. Por enquanto, ele prega no deserto.

FÁBIO CAMPANA

#### Fôlego

Os advogados de Lula celebram a decisão de Gilmar Mendes de anular as operações de busca e apreensão da Lava Jato em endereços de Carlos Alberto de Oliveira Andrade, dono do grupo Cacoa. A medida dá folga à tentativa de defesa do ex-presidente de anular a ação que investiga um suposto esquema de venda de MPs para a indústria automotiva em seu governo.



06 MAR 2020

# TRIBUNA DO PARANÁ

# INDIG- NAÇÃO

## Delegado matou esposa e enteada após discussão familiar em Curitiba

“Um dia triste e revoltante. Falo em nome dos policiais civis de todo o Paraná. Estamos revoltados, indignados por essa ação covarde, repito, covarde, desse delegado”. Com palavras duras, num desabafo emocionado, Kamil Salmen, presidente do Sindicato dos Policiais Civis do Paraná lamentou a morte de Maritza Guimarães de Souza, 41 anos, escritã da PC, e Ana Carolina de Souza, 16, mortas na noite de quarta-feira pelo delegado Eric Busetti, 46 anos. Lotado na Delegacia do adolescente, Busetti é suspeito de executar a esposa e a enteada após discussões no meio de um processo de divórcio.

O desabafo de Kamil fez coro com a revolta de toda a categoria. “Ele deveria demonstrar conhecimento técnico, tático e emocional. Num ato covarde ceifou a vida de uma menina de 16 anos, e sua mãe, uma profissional queridíssima, que todos amavam. Estaremos à disposição da família para levar todo o apoio possível e vamos acompanhar de perto para só sossegararmos quando esse senhor for expulso da Polícia Civil”, acrescentou, em vídeo divulgado pelo Meio Dia Paraná, da RPC.

O crime chocou a vizinhança e toda a comunidade policial. “Sabemos que houve uma discussão que perdurou durante o dia todo e culminou no duplo homicídio”, aponta a delegada Camila Ceconello, da Divisão de Homicídios e Proteção à Pessoa (DHPP), responsável pelo inquérito. Busetti e Maritza estariam em processo de separação. O corpo da mãe foi encontrado em cima do corpo da filha na sala da casa - o que indica que Maritza pode ter tentado proteger a adolescente antes dos disparos. No total, foram disparados nove tiros.

Após os disparos, a filha do casal, de apenas 9 anos, que estava dormindo acordou. Desorientado, Busetti levou a criança até a casa de um vizinho e teria afirmado que havia cometido uma loucura. Disse que queria se matar, mas foi demovido da ideia pelo vizinho. A Polícia Militar (PM) foi acionada e o delegado se entregou sem resistência. O Centro de Operações Especiais Policiais (Cope) da Polícia Civil, que acompanha desvios de funções de policiais, também foi ao condomínio e conduziu o policial até a DHPP. “O autor estava esperando a polícia,

com a arma no chão. Ele prontamente se entregou e não manifestou nada, vai falar apenas em juízo”, esclarece a delegada.

Após a prisão, Busetti se negou a prestar esclarecimentos à polícia por orientação de seu advogado. Além do inquérito criminal conduzido pela DHPP, que deve ser concluído em dez dias, a Corregedoria da Polícia Civil abriu inquérito na esfera administrativa. “Ele foi autuado e afastado preventivamente até o encerramento da investigação”, afirma o delegado e corregedor Marcelo Lemos. Busetti está sujeito a expulsão da Polícia Civil.

### Velório

Por meio de nota, a Polícia Civil do Paraná comunicou que o velório de Maritza e Ana Carolina será realizado na Escola Superior de Polícia Civil, na Rua Tamoios, no bairro Portão. O sepultamento será em Pirai do Sul, na região dos Campos Gerais, terra natal de Maritza.

06 MAR 2020

## O ESTADO DE S. PAULO

### Justiça do Rio suspende uso de tornozeleira

A juíza Alessandra Cristina Tufvesson Peixoto, da 8.ª Vara de Fazenda Pública do Rio, autorizou a suspensão do serviço de monitoramento por tornozeleiras eletrônicas até que o Estado comprove o pagamento de uma dívida de R\$ 11,1 milhões com a empresa responsável pelo fornecimento do serviço.

O Estado do Rio havia ajuizado ação para impedir a interrupção do serviço contratado, e informou à Justiça que uma auditoria do Tribunal de Contas do Estado apontou suspeita de irregularidades no termo. Ainda segundo o governo, os prejuízos indicados no processo no TCE são de cerca de R\$ 4.47 milhões.

Em 20 de janeiro, a juíza tinha concedido liminar para que a empresa Spacecomm Monitoramento não interrompesse o serviço de monitoramento, mas determinou que o Estado do Rio comprovasse o pagamento em 15 dias. Em seguida, a empresa apresentou petição afirmando que não houve o pagamento pelos serviços.

Segundo a juíza Alessandra Cristina, “importa, neste momento, processual, a informação de que o Estado do Rio de Janeiro não cumpriu a determinação judicial de pagamento do valor reconhecido da dívida contratual, tal como posta na decisão liminar – como condicionante da ordem judicial de permanência da prestação dos serviços contratados”.

A reportagem não localizou os representantes da empresa Spacecomm Monitoramento para comentar a decisão. /L.V.

### Pedido de prisão de líder de motim é revogado

O ex-deputado federal Cabo Sabino (Avante-CE) se entregou ontem à Justiça e teve a prisão revogada pela comarca de Fortaleza da Auditoria Militar do Ceará. O ex-parlamentar responde a processo sigiloso pelo crime de revolta, conspiração, incitamento e aliciamento após ter liderado o grupo de policiais amotinados no Estado e, até ontem, era considerado foragido.

Em decisão após audiência de custódia com Sabino, no fim da tarde, o juiz Roberto Bulcão determinou a revogação da prisão preventiva sob justificativa de que “a situação fática atual foi modificada”, referindo-se ao fim do motim, no domingo passado. “A apresentação es-

pontânea indica a disposição do autuado em se submeter aos atos do eventual processo penal”, afirmou. Em troca, Sabino foi proibido de ter acesso a qualquer unidade militar do Ceará, incluindo batalhões da PM e do Corpo de Bombeiros.

O juiz Bulcão voltou atrás de sua própria manifestação que cobrava a prisão preventiva do ex-deputado por considerar que seu papel no motim “não se resumiu ao chamamento para a paralisação, mas também para atos típicos de terrorismo praticados por grupos armados sem chancela estatal”. / PAULO ROBERTO NETTO

06 MAR 2020

# O ESTADO DE S. PAULO

## Lava Jato prende ex-secretário de Justiça de Temer

Procuradoria também denuncia Astério Pereira dos Santos por propina a conselheiros do Tribunal de Contas do Rio

**Pepita Ortega**  
**Fausto Macedo**

Em nova fase da Lava Jato no Rio, a Polícia Federal prendeu preventivamente ontem Astério Pereira dos Santos, ex-secretário de Justiça do governo Michel Temer. Astério foi denunciado sob acusação de “manipular” setores do governo fluminense para beneficiar suas empresas de fornecimento de alimentos a presos e de “organizar o recolhimento da propina e pagamento a agentes públicos”.

A prisão do ex-secretário de Justiça foi autorizada pelo juiz federal Marcelo Bretas, da 7.<sup>a</sup> Vara Criminal Federal do Rio. Na decisão, o magistrado apontou “forte influência na administração pública, inclusive em âmbito nacional” de Astério.

A denúncia – que alcança mais 14 investigados – diz respeito a um esquema no fornecimento de “quentinhas” e, por ora, não tem relação com a atuação de Astério no Ministério Público do Rio – ele é procurador aposentado – ou na Secretaria Nacional de Justiça.

Ao todo, nove pessoas foram detidas ontem na operação batizada de “Titereiro”, uma alusão à pessoa que move bonecos de marionete. A PF fez ainda buscas em 34 endereços no Rio e na Baixada Fluminense. Em um deles, um escritório de advocacia no centro do Rio, foram apreendidos R\$ 118 mil em espécie em uma sala utilizada por Astério.

Segundo procuradores do Ministério Público Federal do Rio, o ex-secretário se valeu de uma rede de laranjas e operadores,

● **Acusação formal**

**R\$ 2,9 mi**

é o valor que teria sido repassado em propina por Astério Pereira dos Santos a conselheiros do Tribunal de Contas do Rio, segundo o Ministério Público Federal.

“manipulados feito marionetes”, para se beneficiar de recursos públicos em duas empresas das quais era sócio oculto. As empresas ligadas a Astério, afirma a Procuradoria, teriam faturado cerca de R\$ 20 milhões, dos quais R\$ 2,9 milhões repassados a conselheiros do Tribunal de Contas do Estado (TCE-RJ) como propina.

Ainda de acordo com os procuradores, Astério era sócio oculto em duas firmas que forneciam “quentinhas” à Secretaria de Administração Penitenciária do Rio de Janeiro (Seap) e ao Departamento Geral de Ações Sócio-Educativas (Degase). Ele chefiou a Seap de 2003 a 2006, durante a gestão de Rosinha Garotinho. Em 2016, para tentar contornar uma crise, o TCE liberou R\$ 160 milhões de seu fundo de modernização para pagar fornecedores da Seap e do Degase. “Só que 15% dos valores voltavam aos conselheiros do TCE”, disse o procurador da República José Augusto Vagos.

Os conselheiros do TCE têm foro privilegiado e as investigações sobre eles – que respondem por corrupção passiva – estão fora da alçada do MPF. Astério vai responder pelo crime de corrupção ativa.

‘Rei Arthur’. Para o juiz Bretas, há ainda indícios de que o ex-secretário nacional de Justiça tenha “auxiliado” o empresário Arthur Soares Filho, conhecido como “Rei Arthur”, a deixar o País e ir para os Estados Unidos quando “se fazia iminente o cumprimento de ordem de prisão preventiva em seu favor”.

Depois de passar dois anos foragido, o empresário foi preso em outubro do ano passado, em Miami. Ele foi um dos alvos da Operação Unfair Play, que investiga a compra de votos para a escolha do Rio como sede da Olimpíada de 2016.

A reportagem procurou o ex-secretário de Justiça Astério Pereira dos Santos, mas não obteve resposta até a conclusão desta edição. O Tribunal de Contas do Estado do Rio também não se manifestou. / COLABOROU

**MÁRCIO DOLZAN**

# O ESTADO DE S. PAULO

VERA ROSA

## Sob Bolsonaro, política vira um show de calouros

**A**s vésperas das manifestações de rua previstas para o próximo dia 15, o presidente Jair Bolsonaro fez um acordo com o Congresso para repartir R\$ 30,1 bilhões de recursos públicos do Orçamento. Depois de uma novela que se arrasta há semanas, Bolsonaro cedeu, a Câmara deu um passo atrás e o Senado assentiu. Para a sua plateia nas redes sociais, no entanto, ele assegurou não ter feito qualquer negociação com deputados e senadores.

Um dia depois de escalar um humorista fantasiado de Bolsonaro para comentar o fraco desempenho da economia – que no ano passado apresentou um “Pibinho” de 1,1% – e, de quebra, distribuir bananas, o presidente voltou a se irritar com os repórteres. “Se vocês sofrem ataque todo dia, o que estão fazendo aqui?”, perguntou ontem o ex-capitão, ao deixar o Palácio da Alvorada.

Nos dois casos, há um personagem em ação, sempre de olho no que pedem seus apoiadores do mundo virtual. Muitos dizem que a estratégia de Bolsonaro tenta reeditar Chacrinha, que jogava bacalhau no auditório. O “velho guerreiro”, porém, não tinha de seguir a liturgia de nenhum cargo. Ao contrário: seus gestos não eram para explicar, mas, sim, para confundir.

Nesse perigoso jogo, o presidente transformou o Congresso na “Geni” da política, a imprensa em inimiga número um e o Judiciário em poder a ser vigiado com lupa.

Em discurso na cerimônia de posse da atriz Regina Duarte na Secretaria da Cultura, na quarta-feira, Bolsonaro fez questão de dizer que ela não estava diante de um “Brucutu”. Na história em quadrinhos criada nos EUA, “Brucutu” era o homem das cavernas que carregava um porrete. O presidente, até agora, “apenas” deu uma banana para a imprensa.

Em tempo: ao que tudo indica, a trégua na disputa entre o Congresso e o governo, após o acordo que Bolsonaro diz nunca ter existido, não vai durar. Na próxima semana, três projetos com carimbo do Planalto começarão a ser votados na Comissão de Orçamento e tudo pode mudar. Mas, nesse novo capítulo da queda de braço, a poucos dias dos atos em defesa do governo e contra o Congresso, o desfecho não será o de um show de calouros.

06 MAR 2020

## COLUNA DO ESTADÃO

**coleta..** O despacho do ministro Luiz Fux selecionando as participações na audiência pública do Supremo da ADI que julga a constitucionalidade do juiz de garantias causou perplexidade entre os advogados.

● **..seletiva.** O ministro, que presidirá o STF a partir de setembro, incluiu mais de 19 membros do Poder Judiciário, 16 representantes do Ministério da Justiça e somente 7 entidades que representam a advocacia e 4 da defensoria pública.

● **Xi..** Entidades como o Instituto dos Advogados do Brasil foram deixadas de fora por Luiz Fux.

## SÔNIA RACY De Curitiba...

**Jorge Chastalo**, agente da PF que ficou conhecido como “o carcereiro de Lula”, embarca em maio “de mala e cuia” para Lima, no Peru, onde será adido adjunto da Polícia Federal por três anos. A coluna, ele diz que viaja pouco, não conhece o novo país mas está animado com “as férias após dois anos difíceis”.

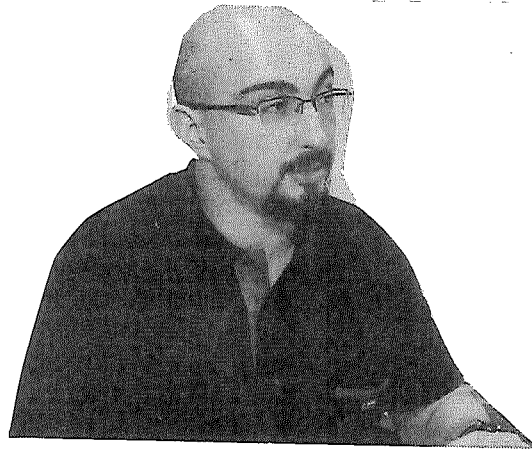
É como define o período em que chefiou a segurança do ex-presidente na prisão.

## ...para o Peru

O agente nega que a mudança tenha motivação política. Alega que é “normal” e que a cada três anos a PF troca de adido. Chastalo leva a mulher e duas filhas, mas manterá sua casa em Curitiba.

# Delegado mata mulher e enteada a tiros

Erik Busetti se calou em depoimento após ser preso



Busetti estava em processo de divórcio com a mulher

O delegado Erik Busetti ficou calado durante depoimento prestado à delegada Camila Cesconello, da Divisão de Homicídios de Curitiba (DHPP), nesta quinta-feira. Ele foi preso em flagrante, na noite de quarta, suspeito de matar a esposa e a enteada acertando 4 dos 9 tiros desferidos. De acordo com a delegada Camila Cecconello, Busetti

foi autuado por duplo feminicídio. Maritza Guimarães de Souza, tinha 41 anos, ea filha dela Ana Carolina de Souza, 16 anos.

Maritza Guimarães de Souza e Busetti estavam em processo de divórcio e passavam por muitas brigas e desentendimentos, segundo relatos de testemunhas e vizinhos que chegaram à delegada. Ainda conforme a delegada, o corpo de

Maritza estava sobre o da filha, Ana Carolina, como se quisesse protegê-la próximo de um sofá.

Maritza e Busetti estavam juntos há cerca de dez anos, de acordo com a delegada. Eles estavam na Polícia Civil do Paraná (PCPR) desde 2004. Ela era escrivã e estava lotada do departamento de protocolo da Polícia Civil e Busetti era delegado da Divisão da Criança e do Adolescente. ●

06 MAR 2020

## JORNAL DO ÔNIBUS

### Lewandowski arquiva pedido de impeachment de Weintraub

O ministro Ricardo Lewandowski, do Supremo Tribunal Federal (STF), arquivou ontem o pedido de impeachment do ministro da Educação, Abraham Weintraub, feito por um grupo de 17 deputados e dois senadores. Os parlamentares queriam a abertura de um processo por crime de responsabilidade, sob o argumento de que Weintraub apresenta “eloquente ineficiência” na gestão.

Um dos pontos diz respeito às dotações orçamentárias ligadas à educação de jovens e adultos – a execução das verbas, segundo dados oficiais, foi de menos de 1% até novembro de 2019. Segundo o pedido, isso indicaria a “descontinuidade das políticas destinadas para este fim”. Os parlamentares também afirmaram que o ministro feriu a dignidade e o decoro do cargo em outros momentos. ■

### Juiz de garantias

O vice-presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Luiz Fux, divulgou a relação de participantes e a metodologia dos trabalhos da audiência pública convocada para os dias 16 e 30 de março a fim de debater a implementação da figura do juiz das garantias e outros pontos do Pacote Anticrime (Lei 13.964/2019). Entre os expositores estão o ministro da Justiça, Sérgio Moro e o corregedor nacional de Justiça, ministro Humberto Martins. ■